

-----**ACTA N.º 209**-----

----- Aos dezassete dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Dr. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

**1. - Período de antes da ordem do dia** -----

1.1 – Informação escrita do Presidente da Câmara. -----

1.2 - Correspondência: -----

1.2.1 - Assembleia Intermunicipal da CIRA. -----

1.3 – Intervenções; -----

**2. - Período da ordem do dia** -----

2.1 – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2011; -----

2.2 – Reestruturação de Serviços; -----

2.3 - Conselho Municipal de Segurança - Reunião de 10 de Novembro de 2010 - Projecto de Parecer. -----

2.4 – Outros assuntos: -----

2.4.1 - CPCJ - Substituição de Membro. -----

**3. - Período destinado ao público** -----

----- Passava pouco das dezassete horas quando o presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão. -----

----- Seguidamente, o presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum. -----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros: -----

1) Albino Tavares de Pinho -----

2) Alexandre Fernandes Tavares -----

3) Alexandre Paulo Tavares Machado -----

4) Álvaro de Pinho Duarte -----

5) Ana Raquel Machado e Costa -----

6) António da Silva Portela -----

7) Belmiro Manuel Marques -----

8) Carlos Alexandre Arede da Silva -----

9) Cipriano de Arede Nogueira -----

10) Claudia Maria Rodrigues da Silva -----

11) Claudino da Fonseca Soares -----

12) David Dias Cabral -----

13) David da Silva Alves -----

14) Ercília Maria Marques Pedro -----

15) Fernando da Silva Oliveira -----

16) Harolde Soares da Silva Balaias -----

17) Isabel Maria Soares dos Santos -----

18) João Pereira Henriques -----

19) José Carlos Ribeiro de Sousa -----

20) José Luís da Silva e Almeida -----

21) José Manuel Barbosa de Almeida e Costa -----

22) Júlio Martins Fernandes -----

23) Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva -----

24) Marco Nuno Tavares Rocha -----

25) Mário Coutinho Martins -----

26) Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira -----

27) Renata Liliana da Costa Marques -----

28) Rui Manuel Pires da Silva -----

29) Sandra Henriques da Silva -----

----- Na sequência da comunicação apresentada por Joana Patrícia da Silva Rodrigues, ao abrigo do art.º 78º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada através da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e art.º 56º do Regimento, foi convocado através de protocolo, nos termos do art.º 79º do mesmo diploma e art.º 57º do Regimento, o senhor Alexandre Fernandes Tavares, que a substituiu nesta sessão. -----

----- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Manuel da Silva Soares, Presidente; António José Martins Coutinho, Vice-Presidente; Raul Alberto da Conceição Duarte; Maria Elisabete Martins Henriques, Acácio Rodrigues Barbosa, João Miguel Tavares de Almeida e Celestino Ferreira da Costa Martins, Vereadores. -----

----- Faltou à sessão o membro Rui Manuel de Jesus Nunes, que remeteu justificação por escrito. -----

----- Seguidamente, passou-se ao primeiro período da sessão. -----

### -----1 - **Período Antes da Ordem do Dia**-----

----- **1.1 – Informação escrita do Presidente da Câmara:** O Presidente da Câmara apresentou os aspectos mais importantes da informação e prestou uma breve explicação das matérias incluídas na informação escrita. -----

----- Após a apresentação, o presidente da assembleia municipal perguntou aos membros presentes se desejavam tecer algumas considerações ou apresentar pedidos de esclarecimento sobre a informação escrita do presidente da câmara. -----

----- Não foi registado qualquer pedido de esclarecimento adicional. -----

----- **1.2 - CIRA:** O Presidente da Assembleia Municipal disponibilizou, para consulta, os documentos remetidos e que faziam parte da ordem de trabalhos da sessão da Assembleia Intermunicipal da CIRA. -----

----- **1.3 – Intervenções.** -----

----- Neste ponto da ordem de trabalhos começou por intervir **Claudia Maria Rodrigues da Silva**, que propôs uma reflexão sobre as propostas de desenvolvimento das zonas limítrofes das duas barragens, cujas obras se iniciaram. Disse ter sido divulgadas em tempos, algumas indicações em como deveriam desenvolver-se e serem criadas mais-valias para as zonas marginais. Comenta-se sobre o desenvolvimento da freguesia de Couto de Esteves, e desejou saber se havia, por parte do executivo, alguma proposta de desenvolvimento e em que área - crescimento demográfico, industrial, turístico ou outra com interesse para as pessoas residentes. Desejou que não fosse esquecida a outra margem, designadamente aquela que abrange a freguesia de Cedrim. -----

Em simultâneo, considerou que era a altura para ser realizado um debate sobre esta matéria, onde fossem apresentadas opiniões construtivas, englobando uma análise sobre as acessibilidades e a forma de atrair pessoas, visto escolherem a A25, por chegarem mais rápido aos destinos escolhidos, em detrimento da EN16. Também, por se saber que o IC35 já não vai passar por aquela zona e as acessibilidades serem equipamentos estruturantes, que fazem atrair turistas, a fixação de indústrias e comércio, bem como, outras fontes de rendimento local que fazem de alavanca para o crescimento do concelho. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse, que julgava haver uma comissão de acompanhamento das obras da Barragem de Ribeiradio, que aceitava o seu repto e, também, que depois iria verificar se conviria desenvolver alguma actividade. -----

Seguidamente, deu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, tendo dito que, em relação à barragem, os contratos estão assinados e as obras vão ser feitas nos moldes em que estão decididas contratualmente. Há compromissos que decorreram do estudo de avaliação do impacto ambiental que tem a ver com a minimização dos aspectos ambientais negativos que o empreendimento acarretará, alguns na fase da construção. Tudo está decidido, até porque, na altura, houve debate sobre esta matéria, envolvendo as populações e houve um inquérito público em que todos os cidadãos poderiam participar. A Câmara Municipal fez o seu trabalho e deu as sugestões no âmbito do inquérito público, leu o

estudo de impacto ambiental. Os serviços do ambiente analisaram-no pormenorizadamente e fizemos as nossas sugestões. A Junta de Freguesia de Couto de Esteves fez o seu trabalho de casa e também deu as suas sugestões. O empreendimento tem que dar cumprimento a tudo o que decorreu do inquérito público, sobretudo, incidindo sobre os aspectos ambientais negativos. Essa fase está encerrada. -----

Quanto à segunda fase, resta-nos pedir, e nós assumimos esse compromisso há dias, num debate promovido por uma colectividade em Couto de Esteves, de não estarmos à espera do fim do empreendimento para pedirmos o plano de ordenamento da albufeira, documento que vai definir o tipo de investimentos, qual a localização turística daquele espelho de água, porque poderá haver um determinado tipo de utilização que inviabilizará outros. Todas as sugestões que chegarem nessa fase da discussão pública do plano do ordenamento é que serão preponderantes para ser decidido, em concreto, qual o tipo de uso e a que distância da linha de água. O desenvolvimento que advier depois da construção da barragem será aquele que for definido nesse estudo. Há outra coisa que estamos a fazer, que é tentar negociar com a EDP, nunca quisemos fazer muito alarido com isso, mas temos estado a trabalhar directamente com o director da barragem, no sentido de conseguirmos algumas contrapartidas, embora a lei não obrigue a dar contrapartidas, e colocámos algumas hipóteses de colaboração da EDP. A Martifer vai ficar com uma participação muito residual no investimento, com uma quota correspondente aos custos que já teve com o arranque do processo e elaboração de projectos. Fizemos alguns pedidos de parceria à EDP em alguns empreendimentos que nós adivinhamos que podem ser importantes para todas as populações que são afectadas pela barragem. Há uma coisa mais importante do que tudo isto, que é o futuro do Município em termos de receitas próprias. Como sabem, a situação não é famosa agora, e o futuro, em termos de receitas, será cada vez pior, porque se começa já a falar na fusão de Municípios, ou melhor, na extinção de alguns e integração. O que nós podemos arranjar aqui com a barragem é conseguir que o governo altere a lei no sentido de a derrama não ser paga pela massa salarial em cada empreendimento e em cada concelho, mas pela facturação energética. Porque adivinhamos que, no futuro, há-de haver alguns trabalhadores a laborar com permanência na barragem, e isso, em termos dos milhares de funcionários que a EDP tem, não corresponde a nada e receberíamos muito pouco. Portanto, a luta terá que ser através da Associação Nacional de Municípios. Receberíamos uma derrama em função da facturação, ou seja, em função do lucro que a EDP obtenha, e depois é distribuído na proporção da facturação que tem em cada barragem. -----

Quanto ao IC35, não se disse, penso eu, que não passa por aqui, porque o IC35 consta de um diploma legal, que aprovou o Plano Rodoviário Nacional, na versão de 2000. O próprio PROT já sinaliza o IC35. O que acontece é que, neste momento, não há dinheiro para o fazer. Ele há-de ligar a A25 (perto do nó de Talhadas) ao IP4, na zona de Penafiel, com passagem por Sever do Vouga. -----

Depois, foi dada a palavra a **Rui Manuel Pires da Silva** que iniciou a sua intervenção com um elogio ao trabalho realizado no Centro das Artes e do Espectáculo, pelo aumento significativo do número de espectadores em relação ao ano transacto, desejando que se mantenha essa tendência e possa dar os parabéns também no próximo ano. -----

Posto isto, lembrou que em tempos, solicitara a limpeza do recinto da Praia Fluvial da Quinta do Barco, e no trabalho recentemente realizado, há quem diga que foram cortadas duzentas toneladas de madeira, na sequência do corte das árvores para limpeza do espaço. Sobre o mesmo assunto, perguntou quem tinha autorizado o abate das árvores e como foi negociado. Referiu também, que tinha transmitido na altura, que a Junta de Freguesia deveria assumir a gestão do espaço, como veio a acontecer num passado recente. Mas, pretende concessionar a terceiros. Portanto, desejava um esclarecimento sobre este assunto. Continuando, perguntou como estava o projecto das Minas do Braçal e quais foram as diligências promovidas pelo executivo nesse processo. -----

Sobre o projecto de construção da barragem de Couto/Ribeiradio, quis publicamente manifestar o seu contentamento e satisfação pela organização levada a cabo pela LANCE,

no evento realizado em Couto de Esteves. Tendo falado com o Presidente da Assembleia Municipal sobre a possibilidade da criação de uma comissão de acompanhamento do projecto, quando ainda estava na fase do inquérito público sobre o estudo de impacto ambiental. Agora, sugeriu novamente, a constituição da comissão para análise e formulação de ideias ou propostas para o Plano de Ordenamento de Albufeira, dada a sua importância, porque será nesse documento que serão definidas as intervenções nas zonas envolventes. Por último, sugeriu ao presidente da câmara que lançasse o repto junto da EDP para financiamento da Ficavouga ou da Feira do Mirtilo. -----

Seguidamente, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que, começando pelas últimas questões, disse que a EDP não financia certames como a Ficavouga, apenas projectos onde possa ficar registada a sua marca, tais como, construção promovidas por IPSS. -----

Sobre as minas do Braçal, disse que o projecto não avança por falta de recursos financeiros para a realização de qualquer investimento naquele local. O Município não tem possibilidades para o fazer, apenas a negociação com a Portucel, com a qual foi elaborada uma minuta de protocolo, cujas cláusulas não eram muito aliciantes aos potenciais interessados, nomeadamente, quanto ao prazo de direito de superfície. Chegámos a ter um grande grupo de Cascais interessadíssimo no empreendimento, mas tivemos azar porque apostaram muito nos terrenos do aeroporto da Ota, cujo projecto não se concretizou. -----

Depois, houve um interessado local, até porque se pensava que as duas pequeníssimas mini-hídricas pudessem ter outra rentabilidade que ajudasse a compensar o investimento, mas não tem. Neste momento, não se vislumbram potenciais interessados, apesar de algumas diligências, mas, até agora, ainda não foram obtidas respostas. -----

Sobre a praia fluvial, a Câmara tinha um contrato de arrendamento, celebrado na sequência de um processo de concurso. O arrendatário disponibilizou-se para ceder à Junta de Freguesia a posição contratual e o assunto foi discutido em reunião de Câmara Municipal, tendo sido autorizada por todos, porque a praia fluvial continua a pertencer ao município e o que estava em causa era o acordo com o arrendatário, que possuía uma cláusula sobre a conservação e manutenção do espaço, objecto de muita contestação. Além de que a Junta de Freguesia é a entidade administrativa daquele território e quer que esteja a parecer bem, porque atrairá mais pessoas como almejam. Na altura, foi elogiada a atitude pró activa e positiva da Junta de Freguesia neste processo. Quer isto dizer que, havendo um contrato de arrendamento e tendo sido autorizado o trespasse do negócio, todas as obrigações do contrato de arrendamento que tínhamos com o anterior proprietário passam para a Junta de Freguesia, porque o subarrendatário tem de assumir os compromissos do anterior arrendatário, designadamente, quanto aos prazos desse contrato. Mas, como a Junta de Freguesia não tem vocação para explorar um bar, pode querer encontrar uma pessoa que tome conta daquilo. -----

Quanto à limpeza, tivemos uma reunião na praia fluvial e entendeu-se que devia haver um desbaste de árvores, porque o espaço estava a ficar muito denso e não se via a praia fluvial. Agora, espera-se que cresçam as copas das árvores plantadas para haver a sombra desejada no verão. -----

Depois, foi dada a palavra a **Álvaro de Pinho Duarte** que interveio da seguinte forma: ----  
Chegados quase ao final deste ano de 2010, é hora de fazer um balanço da actividade da Câmara e também desta Assembleia Municipal. Na última sessão, e na intervenção do líder da bancada do PS - José Luís Almeida, foram enumeradas várias obras efectuadas pela Câmara Municipal presidida pelo actual presidente. Umhas foram efectuadas nesses mandatos, sendo mencionadas outras, que foram efectuadas em mandatos anteriores, o que não interessa agora dissecar. Nós, até aceitamos que se fizeram algumas obras, mas também que outras foram menos bem decididas e executadas. Lembramo-nos que o actual presidente da Câmara está em funções desde Janeiro de 1990. Portanto, passaram vinte e um anos, e não fizeram mais que a obrigação assumida. Tendo sido para isso que o povo os elegeu, na convicção que iriam fazer o melhor para o desenvolvimento do concelho. Lamenta-se, apenas, o facto de se verem poucas obras estruturantes, daquelas obras que

lançariam o concelho na senda do progresso e do futuro. Salientamos, então, que se fizeram muitas obras, mas apenas aquelas de “encher o olho” - obras de betão e alcatrão. Interrogamo-nos sobre o que se fez a nível de saneamento básico no concelho? Como estamos com a ETAR da vila e quantas mais se fizeram no concelho? Pois, em 18 de Dezembro de 2009, propôs ao executivo “que tenha um tratamento de excepção e faço um desafio para que, no final deste mandato, o concelho tenha uma taxa de execução de cem por cento no abastecimento de água doméstica e de oitenta por cento no saneamento básico”. Passado mais um ano, interrogamo-nos quais os progressos. Optou-se por fazer o mais fácil, ou seja, transferir esse compromisso para a AdRA. Nos mandatos anteriores, defendiam-se com a sociedade GKE, numa parceria com a Associação de Municípios do Médio Vouga, os quais iriam resolver o problema da água e do saneamento, agora é com a AdRA. Vamos esperar que sim. Sabemos que já começaram os investimentos da AdRA no nosso concelho, nomeadamente no abastecimento de água, mas quais são os seus investimentos previstos a nível da água e também do saneamento básico? Em que situação ficam as freguesias que têm abastecimento de água próprio, mais precisamente as da margem esquerda do Rio Vouga? Serão, também, incluídas no mesmo sistema? E como vão ser ressarcidas dos investimentos que as Juntas fizeram, nomeadamente nas instalações e nas nascentes? No caso do saneamento, alertou para as situações mais urgentes, designadamente de Talhadas e de Rocas. Bem se sabe, que os trabalhos efectuados debaixo da terra não se vêem e conseqüentemente não trazem votos. -----

E, como estamos em termos de mobilidade e acessibilidade? Como é que está a situação da rotunda da “A.Silva Matos”, do acesso à A25, e como é que está o projecto do IC35? Seria urgente que este concelho encurtasse, rapidamente, distâncias para os itinerários principais. Não será mais possível o trânsito de viaturas de grandes dimensões no centro da vila, onde o piso já se apresenta muito degradado. -----

Disse ter perguntado também, nessa intervenção, sobre o que se poderia fazer para evitar os acidentes, alguns mortais, na zona de Paradela, e, não tendo sido obtida qualquer resposta, também não se via nada feito para resolver esse problema. -----

E o acesso àquelas casas no Cabeço do Campo, em Paradela, onde não vai uma ambulância ou um carro de combate a incêndios, que se encontra na mesma situação. Não será uma obra a efectuar o mais urgente possível? -----

E qual a taxa de execução da empreitada dos cinquenta caminhos, que consiste praticamente em pôr tapete, cujos *placards* foram colocados na semana anterior às últimas eleições autárquicas, e que vão continuar no ano de 2011? Será que não terminará no próximo ano? -----

E o que foi feito, quanto às situações referidas na sua intervenção de 30 de Abril último, as quais pioraram devido ao desastroso desgoverno socialista, que deveria promover medidas de contenção de gastos. No concelho dever-se-ia dar um maior privilégio aos critérios de definição dos investimentos, por forma a não aumentar o endividamento, à rentabilização dos meios humanos, à redução das despesas. E, no fim deste ano, verifica-se que, salvo a redução na despesa da iluminação de Natal, nada se vê reduzido e, no próximo ano, apenas se deslumbra ver diminuídas as despesas com pessoal, fruto da redução dos seus vencimentos, o que considerou ser muito pouco. E, não se poderá diminuir a quantidade de luzes acesas durante a noite e, por vezes, também acesas durante o dia? Se esta Assembleia só tem alguma informação das actividades da Câmara em suporte informático, porque é que se disponibiliza aos munícipes através do Boletim Municipal? Considerado apenas um meio de propaganda. E, quanto custa a sua publicação? E, se a decisão for de continuar a ser feito, já pensaram em incluir a publicidade dos fornecedores, para minimizar os seus custos, ou mesmo tornar a sua publicação financeiramente sustentável? E o critério nos subsídios atribuídos às associações será justo? Será que são analisados os seus planos de actividades, as despesas efectuadas e no final do ano a comparação com as actividades realizadas? -----

Continuando disse que foram também levantados inúmeros assuntos, a saber: uma maior informação sobre as potencialidades turísticas do nosso concelho, por exemplo, através da

colocação de *placards* na A25. Sabemos que é difícil, mas conseguiram o mesmo nos municípios de Oliveira de Frades e de Vouzela. Não se poderia, com a devida autorização, ocupar aquele *placard* na rotunda do nó da A25, em Talhadas?; A promoção do turismo, que consideram uma aposta, e muito bem. E a limpeza do concelho, das tarjas que são colocadas em vários locais e ficam muito tempo após a realização dos eventos, como por exemplo: o Ralicross; O projecto Polis da Ria, que inclui a recuperação da estação de Paradela, conclusão da pista ciclável até ao concelho de Oliveira de Frades, as piscinas ao ar livre na Quinta do Barco, e, o cais de acostagem na ponte de Pessegueiro; A requalificação das margens do Rio Vouga e dos seus afluentes e a melhoria das praias fluviais e cascatas; A limpeza da ponte do poço de Santiago, junto aos pilares, que está com bastantes silvas, obstruindo a sua iluminação e a sua beleza singular; A recuperação de moinhos, por exemplo, no ribeiro de Penouços, e, a sinalização de circuitos pedonais; As obras no Agrupamento de Escola e as fracas condições dadas aos alunos; Os transportes escolares e o centro de camionagem, para o qual foi prometido, na última Assembleia Municipal, que a solução estaria para breve; As oficinas, estaleiro e parque de viaturas, porque continuamos a ver viaturas municipais espalhadas por vários locais da vila; O mercado municipal; A preparação de um espaço adequado para os vendedores de fruta que se colocam na berma da EN328, junto à ponte de Pessegueiro. Para o efeito poder-se-ia colocar barracas em madeira na parte da parcela sobrance, por cima do abrigo dos passageiros; As piscinas municipais fechadas ao sábado e ao domingo; Os contentores do lixo abandonados e outros fora dos locais, devido às condições climatéricas; O abandono dos cães, junto ao canil de Paradela. -----

No dia 1 de Janeiro de 1990, o concelho de Sever do Vouga estava em antepenúltimo, no *ranking* de desenvolvimento do distrito de Aveiro. E passados todos estes vinte e um anos, mais de duas décadas, como estará? Será que estamos condenados? Não. Não nos podemos resignar. -----

Embora possa ter escapado algum assunto, eram estes os que entendia mais pertinentes. Foi para os resolver, que os severenses votaram e depositaram confiança. Terá de ser o Partido Socialista a resolver esses problemas, também com a ajuda da oposição, para que haja um futuro mais promissor. Relativamente às obras efectuadas, constata-se que as freguesias da margem direita do Rio Vouga são mais privilegiadas do que as da margem esquerda, como se pode ver no Boletim Municipal, recentemente publicado, ou então ver no orçamento para o próximo ano. Pelo que se exige uma maior equidade na distribuição das obras. Poderão falar na construção do Vougapark. Mas, essa obra, que está a ser realizada na freguesia de Paradela, deverá ser vista como um projecto do concelho e que irá servir também outros concelhos do distrito de Aveiro. -----

Relativamente à Assembleia Municipal, entendemos que este salão nobre não reúne as condições para se poder trabalhar com as exigências de hoje, pelo que se solicita e, mais uma vez, que se analise uma solução para o futuro. Falou-se, em tempos, na hipótese da biblioteca, mas até hoje não informaram se reúne, ou não, minimamente essas condições. Entendemos, também, que pelo menos uma vez por ano, se deveria realizar uma sessão da Assembleia Municipal fora da sede do concelho. Avenhei, em tempos, ao senhor presidente da Assembleia a possibilidade de fazer uma este ano, na freguesia de Paradela, aproveitando para proporcionar, a todos, uma visita guiada ao complexo do Vougapark, o que não aconteceu, esperando que tal se agende, logo que possível, e se for esse o entendimento da mesa. Relativamente a este projecto, se perguntar aos presentes qual o desenvolvimento da obra, muitos não saberão responder. Aliás, já vários munícipes perguntaram sobre o assunto, e nada sabendo, foi respondido que nada lhe foi esclarecido depois da cerimónia de colocação da primeira pedra. -----

Por último, sugeri também que, uma vez por ano, fosse proporcionada aos membros da Assembleia Municipal uma visita a todo o concelho, para se constatar *in loco* as obras em curso e as necessidades mais urgentes de cada freguesia. -----

**O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção de Álvaro Duarte e quanto à parte que mais directamente dizia respeito à mesa, disse ter sido registado isso na

altura, mas, também, ficaram com uma dúvida que ainda persistia. Assim, aproveitou para tentar remediá-la, convidando todos os senhores presidentes de Junta de Freguesia aqui presentes e membros desta Assembleia Municipal por inerência, que comuniquem à mesa ou aos serviços administrativos desta autarquia se as sedes de freguesia têm alguma alternativa onde possa funcionar uma Assembleia Municipal quer em tamanho, como em instalações e com equipamento de gravação das sessões. E, caso possuíssem essas condições, fosse comunicado à mesa, para poder-se marcar sessões nas freguesias, depois de definidos critérios para escolha das freguesias. -----

Depois de dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que começou por dizer que o membro Álvaro Duarte fez, e muito bem, uma intervenção política. Mais disse ter tomado algumas notas e algumas delas já foram aqui faladas e esclarecidas muitas vezes. --

Sobre as condições desta Assembleia Municipal, disse que as reuniões da CIRA são feitas em vários municípios, com salões nobres que têm piores condições. -----

Passando para as outras questões, nomeadamente sobre a taxa de saneamento e água disse já ter explicado inúmeras vezes que a decisão de adesão à AdRA deveu-se ao facto do município, isoladamente, não poder obter financiamentos através dos fundos comunitários. Em parte, devido à impossibilidade de ter um sistema auto sustentável que teria de ser provado através da elaboração de um documento de enquadramento estratégico, onde teríamos de comprovar que o tarifário seria suficiente para obter os recursos necessários. Foi apresentado aqui, há dias, um programa pelo presidente da AdRA, e se calhar vale a pena publicá-lo, em que foram mais ou menos calendarizados e definidos os investimentos todos em abastecimento de água e saneamento. Houve quem tenha assistido à apresentação deste estudo, que devia ter sido mais divulgada, diga-se de passagem, porque estava tudo esclarecido. Eles prometeram e vamos ver se é verdade, que nestes próximos três ou quatro anos, fossem realizados vários investimentos para se aumentar a taxa de execução no concelho. Disseram que iriam apostar rapidamente nos aglomerados principais, aliás, já andaram a ver se resolvem com urgência o problema de Talhadas e a parte da Senhorinha que não se consegue bombear para a vila, e, fazer o saneamento no parque urbano para englobar a biblioteca, os gabinetes e algumas casas que continuam a ter uma drenagem deficiente e tem que ser resolvido dessa forma. -----

Sobre a questão das Juntas de Freguesia serem ressarcidas, disse que vão ter de resolver esse problema directamente, porque não quiseram fazer a negociação na altura quando a CIRA levantou essa questão. -----

Quanto à rotunda na variante à vila, disse ser um projecto que está a ser negociado com o instituto - Estradas de Portugal. -----

Sobre a ligação da vila à A25, referiu que o projecto está feito e o estudo de avaliação ambiental teve um parecer positivo, apesar de possuir um corredor com passagem no sítio da rede natura 2000. -----

O piso da EN328, aqui na vila, está em muito mau estado. Mas, já foi transmitido que está a ser elaborado um projecto para beneficiação do centro urbano da vila, onde se incluirá a beneficiação do piso na Avenida Comendador Augusto Martins Pereira. -----

Em relação ao PEC de Sever do Vouga, disse que na proposta do Orçamento estavam a propor reduções de alguma despesa. Mas, não era uma tarefa fácil, porque os equipamentos têm encargos de funcionamento elevados e é difícil cortar nalguns gastos, tais como aquecimento de água para a piscina e estádio municipal, sem a reclamação imediata dos utentes. -----

Sugeri que o Boletim Municipal fosse feito através da internet. No entanto, é uma publicação obrigatória, nos termos da lei. -----

Há muitos municípios a diminuírem a iluminação pública, mas neste meio rural tal não deve acontecer, nem com uma redução no período da noite, devido a um possível aumento dos assaltos e insegurança que possa vir a instalar-se. -----

Nos subsídios, vai ser feito um regulamento com critérios de atribuição, como recomendação feita pela inspecção. Concorda que todas as colectividades devem ser

apoiadas, mas há colectividades cuja actividade não é relevante em termos de benefícios para uma grande população. Mas, vai-se reduzir os apoios, no mínimo, em dez por cento. A Estação Central de Camionagem já está aberta e dá muito jeito às crianças da escola para se abrigarem. -----

Sobre as oficinas, ainda estamos a ultimar algumas arrumações. -----

Disse não concordar com o que disse sobre as freguesias da margem esquerda, porque às vezes, as da margem da direita, dizem que é o contrário. Fizemos intervenções nas escolas, nos jardins-de-infância, em variantes, em pavimentações e em polidesportivos (executados directamente ou com o apoio da autarquia). -----

Falou na estrada do Campo. Disse ter havido um problema com a cedência de uma parcela de terreno, senão a estrada já estaria feita. -----

Quanto ao Vougapark, as informações estão sempre a ser dadas aos membros da Assembleia Municipal. Mas, a Vougapark possui uma página onde podem consultar informação sobre aquele projecto. -----

Quanto à abertura das piscinas ao sábado, disse já terem estado, mas não houve adesão por parte dos utilizadores. -----

Seguidamente, foi dada a palavra a **José Carlos Ribeiro de Sousa** que, respondendo às questões e situações abordadas por Rui Silva na sua intervenção, disse ter realizado uma reunião na praia fluvial, com membros do executivo da Câmara Municipal, tendo-se concluído que seria recomendável chamar alguns madeireiros, para cortarem aquelas árvores, em principio, por troca da madeira, devido aos custos com o corte das árvores, incluindo a limpeza de toda a matéria lenhosa, com os impedimentos e barreiras, serem muito superiores ao valor da madeira a retirar do local. Portanto, foram convidados dois madeireiros, tendo sido apresentada uma proposta de duzentos euros, para o corte das árvores e remoção de todo o material lenhoso, sem quebrar candeeiros ou vedações. -----

Por último, aproveitou para dizer que o membro Rui Silva poderia ter-se dirigido à Junta de Freguesia de Paradela e, certamente, teria as respostas às dúvidas colocadas. -----

Depois de ter solicitado a palavra, **Rui Manuel Pires da Silva**, dirigindo-se ao Presidente da Junta de Freguesia de Paradela, disse que nada tinha contra a Junta de Freguesia tomar conta daquele espaço, visto ter manifestado publicamente que aquela entidade deveria tomar conta daquele espaço, por considerar que não há ninguém para zelar melhor pelos nossos interesses do que os autarcas. -----

Em relação às questões apresentadas, disse não as ter dirigido ao Presidente da Junta de Freguesia de Paradela. Mas, ao executivo em sede própria, como membro da Assembleia Municipal, por não saber, em concreto, quem tinha decidido sobre a limpeza do espaço. ---

Seguidamente, foi dada a palavra a **David Dias Cabral** para dizer que se anunciam obras nunca executadas e que criam ilusões, tais como, a construção do IC35, sobre o qual se fizeram reuniões para ser defendida a passagem pelo lado nascente e pelo lado poente da vila. Mas, na verdade, todas as ilusões criadas deram origem à desilusão, porque esse itinerário passou para Oliveira de Azeméis e Albergaria-a-Velha. Disse que havia quem dissesse que foi por causa da parte que defendia a passagem pelo poente da vila e com destino o concelho de Albergaria-a-Velha, o que poderia ser preponderante para alterar o itinerário de Oliveira de Azeméis com destino directo a Albergaria-a-Velha. Mas, disse não concordar com essa opinião, porque lhe parecia não haver peso político em Sever do Vouga, nem falta de dinheiro, porque senão, não estariam a ser executadas aquelas obras em Albergaria-a-Velha. Mais transmitiu que foi difundida a ideia de ter sido por causa da oposição. Mas, não era verdade, porque a oposição têm também a vontade de ver o concelho a desenvolver-se. -----

Dirigindo-se ao presidente da câmara municipal, disse que possuía uma bancada que o apoiava, com elementos de elevada qualidade e capacidade, mas criaram a ideia do "yes man", traduzida numa obediência ao patrão ou dono. Mas, comete-se o erro de serem realizados festejos por estar previsto o começo das obras do Agrupamento para Maio, e passasse o verão, começando a serem demolidos os edifícios apenas no inverno, quando as crianças têm de se deslocar dos pavilhões para outros locais. Outras obras fazem-se de

repente, que são obras de ocasião, conforme a moda. Faz-se uma central de camionagem para estar parada. Faz-se um túnel para ter uma chapa de zinco em cima das paredes de tijolo. -----

De maneira que, considerava que não deveríamos criar muitas ilusões, apenas as bases para o desenvolvimento do concelho. Mas, não nos dispersarmos, sem querer contradizer o que os colegas disseram sobre o Braçal, sobre isto, sobre aquilo, porque há prioridades e não tinha visto ainda uma estratégia do executivo para assentar em obras basilares que desenvolvessem o concelho. Quanto à rede viária, poder-se-ia dizer que está razoavelmente em Sever do Vouga, mas ficou sem escoamento, sem entrada nem saída. De maneira que, estamos aqui isolados e, no entanto, os outros concelhos desenvolvem-se. Falou-se na ligação da vila ao nó do Carvoeiro. Também, que não havia dinheiro, mas devia haver um poder político, com a mobilização da oposição, para junto dos representantes do distrito de Aveiro e dos partidos, de forma a ter-se alguma influência em Lisboa para que essas obras fossem feitas. Os governantes, para se promoverem, servem-se do concelho. Visitam as empresas e aparecem na televisão, mas esquecem-se que para entrar e sair é muito difícil. - Posto isto, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, tendo começado por dizer que não sabia como começar, porque entendia que não deveria responder à letra, porque o Dr. Cabral merecia muita consideração e era a pessoa que não devia ter feito aquela intervenção. Começando pela adjectivação de "yes man" e comentário sobre falta de "peso político", respondeu que o "25 de Abril" já veio e não há comparação com o concelho de Sever do Vouga da altura em que foi presidente, razão pela qual considerou que devíamos estar minimamente informados, pelo menos, ouvir as notícias. -----

Sobre o IC35, disse que não passa por Oliveira de Azeméis e Albergaria-a-Velha. Havendo confusão com a construção da A32, que é uma terceira auto-estrada com ligação do Porto e a cidade de Coimbra. E, a ligação que está a ser feita, entre Oliveira de Azeméis e Albergaria-a-Velha, é uma rectificação do IC2. -----

Além do mais, inicialmente, nem sequer estava previsto qualquer nó no ex-IP5 e foi pelo empenho do executivo que se conseguiu esse nó e o arranjo do acesso que, actualmente, é o único para a A25, através da EN 328. -----

No Plano Rodoviário Nacional, o IC35 continua a ser a ligação de Penafiel à A25, nas proximidades de Talhadas. E, não há obras nenhuma, neste momento, a serem feitas para o IC35. -----

Haverá a tal concessão que irá fazer um troço de ligação, diz-se para aí, de vila da Feira a Arouca, mas não é o IC35. -----

Sobre a Estação Coordenadora de Transportes, disse que entrará em funcionamento logo que o IMTT assim o entenda e o túnel não está a funcionar por falta do elevador que, em princípio, será incluído numa das empreitadas da regeneração urbana. -----

Depois de concluídas as intervenções dos membros inscritos, foi interrompida a sessão para um pequeno intervalo. -----

Durante o intervalo saíram os membros: - Ana Raquel Machado e Costa; - Ercília Maria Marques Pedro, e não participaram na segunda parte da sessão, pelos motivos transmitidos ao Presidente da Assembleia Municipal. -----

Posto isto, passou-se ao período da "*Ordem do Dia*". -----

## ----- 2 - Ordem do Dia -----

**2.1 – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2011** – Primeiro, o presidente da câmara municipal procedeu à apresentação dos documentos previsionais, consubstanciados na proposta aprovada pela Câmara Municipal. Aproveitou para apresentar uma explicação exaustiva dos principais valores e documentos que integram o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2010. -Segundo, colocou-se à disposição dos membros presentes para prestar os esclarecimentos que fossem necessários sobre os documentos apresentados. Posto isto, foi aberto um período de intervenções, iniciado por **Mário Coutinho Martins**, que solicitou um esclarecimento sobre os valores indicados no primeiro e segundo parágrafo da folha dois da introdução ao Orçamento. -----

Foi explicado que o valor de 5.935.748,06€, resulta da soma dos valores de 4.456.555,06€ e 1.479.193,00€ que se encontram no segundo e terceiro parágrafos, respectivamente, daquele documento. -----

Seguidamente, foi dada a palavra ao membro **José Luis de Almeida e Silva** que interveio desta forma: -----

O primeiro ponto da Ordem de Trabalhos desta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal visa apreciar e votar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2011. -----

Como foi 2010? Neste ano, os objectivos de maior envergadura apresentados pelo executivo no final de 2009, foram em grande parte cumpridos ou tiveram o seu início tal como previsto. -----

Como será 2011? Pela análise dos documentos verificamos que o executivo antecipa uma redução de 1.200.000,00€ nas actividades que desenvolverá em 2011. Menos 10,5% que no ano em curso. Isto traduz-se da seguinte forma: redução de 350.000,00€ das despesas correntes (estas como sabem são muito rígidas pois englobam as despesas com pessoal); redução de 850.000,00€ nas despesas de capital. A prevista diminuição das receitas de capital em 1.145.000,00€, o realismo que sempre caracterizou este executivo e o sentimento económico dominante não permitem outra atitude senão de contenção. -----

Aproveito o ensejo para dizer que as claras explicações apenas ao documento principal permitem uma análise rápida dos seus pontos mais importantes. As crises não trazem só problemas; na maioria das vezes criam novas oportunidades pois obrigam a repensar procedimentos. Como podemos constatar nas “Notas Finais” do conjunto de documentos em apreço, o executivo define um grande número de objectivos para diminuição das despesas correntes de funcionamento que ao serem conseguidos vão incutir uma cultura de poupança e eficiência nos serviços sem colocar em risco a qualidade dos mesmos. Também na apreciação dos pedidos de apoio das colectividades o executivo será muito criterioso pois não cortará 10% em todos. As IPSS com uma actividade diária na prestação de cuidados a crianças, idosos ou deficientes e que asseguram dezenas de postos de trabalho merecem um tratamento diferenciado. Uma associação a quem cedemos as instalações graciosamente e depois ainda pede apoio monetário para organizar o seu torneio anual (normalmente umas suecadas), obviamente não poderá contar com uma decisão favorável num ano em que só o essencial deve ser apoiado. Registamos também como positiva, a intenção de sair de algumas associações de municípios. As quotas podem ser baixas mas tudo somado dá sempre uns milhares de euros. Realce para o objectivo de manter as actividades de carácter social, que desde há muito são uma das reconhecidas e mais valorizadas marcas deste executivo. As AEC's, refeições e prolongamento, que muito têm contribuído para o desenvolvimento das crianças deste concelho, são para manter. -----

Como grande objectivo deste mandato, continuaremos a pugnar pela execução da ligação da zona industrial dos Padrões à A25. Todos gostaríamos, o executivo certamente em primeiro lugar, de estar a apreciar um orçamento expansionista mas, sejamos realistas, sabemos que quando se lançam obras ou são criados novos equipamentos a sua manutenção e custos de funcionamento aportam novas despesas que no contexto económico actual merecem uma exigente ponderação. É obrigação das autarquias contribuírem com as suas acções, para a melhoria da qualidade de vida das suas populações, não com paternalismos ou assistencialismo de ocasião, mas desenvolvendo acções estratégicas que potenciem ganhos, por vezes não imediatos, mas, no futuro, para as suas gentes. Disse no ano transacto e mantenho. É por acreditarmos nesta visão estratégica e acreditarmos que as opções expressas no Orçamento e nas GOP, apesar de todos os constrangimentos, vão manter o desenvolvimento do concelho, que vão merecer a aprovação da nossa bancada. -----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Claudia Maria Rodrigues da Silva** que teceu algumas observações gerais sobre este orçamento e sobre as opções previstas. Ficou bastante esclarecido, nesta Assembleia, que a visão da bancada dos independentes diverge em aspectos fundamentais daquela visão que tem sido lançada pelo executivo. Nesse sentido, fundamentalmente para os independentes, este orçamento e estas opções não

revelam condições para atrair investidores, não garante infra-estruturas articuladas capazes de responder às necessidades do município porque se sustenta em linhas e estratégias de orientação com quase duas décadas. Não é uma garantia para o crescimento local. Nele permanecem opções que têm vindo a constar dos vários orçamentos de há anos. Não garante a melhoria das acessibilidades. Hoje, todos sabemos que, se vamos para algum lado, perguntamos quanto tempo demora a lá chegar. E nós, dentro do nosso concelho, para chegarmos a alguns pontos, nomeadamente, quem está aqui na vila, ou pior os outros que estão nas freguesias, para se deslocarem para outro lado demoram muito mais tempo do que as pessoas de Cedrim ou de Talhadas, para chegarem ao Couto de Esteves ou Dornelas, e demoram mais do que se tivessem de ir trabalhar para A-dos-Ferreiros. Afigura-se, à semelhança de orçamentos de anos anteriores, um conjunto de obras de ocasião sem que se encontre entre elas um fio condutor articulado com a visão objectiva do rumo que se pretende para o Município. Não encontramos nestas opções indícios de qualquer plano estratégico para o desenvolvimento local. Estamos na fase das fusões. O senhor presidente falou há bocado, que também já se fala nas fusões de Municípios. Começou-se pela Educação, como sabemos, estamos actualmente no concelho a assistir à fusão das escolas e, seguidamente, pelos vistos, será a fusão dos Municípios. Preocupamos, sobretudo, a este nível, algumas palavras que o senhor presidente disse nas suas primeiras intervenções hoje. Preocupamos, também, as receitas dos Municípios, ou seja, quer a receita, e apesar de ter aqui referido que vai haver uma contenção, não parece significativa, atendendo ao endividamento do Município. Observamos que no grau de endividamento do Município não estão previstas as transferências para a Vougapark, que é uma empresa Municipal e, portanto, quando começarem a ser transferidas, o endividamento do Município aumenta e atinge o seu limite. -----  
Com estas previsões do endividamento do Município, e algumas incertezas quanto à construção do IC35, que trouxe algumas dúvidas nas duas bancadas, perguntou ao presidente da câmara municipal - que futuro adivinha para o nosso Município nos próximos tempos? -----  
Para 2011, já se percebe que há uma contenção nas despesas e que vão ser para investimentos. -----  
Disse ser isto apenas o que tinha para dizer. Mas, considerando algumas palavras aqui tecidas pelo camarada da outra bancada, em relação às AEC's, recordou que o Município é a entidade promotora, com o apoio da administração central. Contudo, se esse apoio não é suficiente, deveriam questionar seriamente se o Município pretende continuar a ser o promotor de actividades que não é obrigado realizar. -----  
Seguidamente, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que disse o seguinte: as AEC's foram, na verdade, um programa lançado e ao qual aderimos sabendo os riscos que corríamos. As transferências do Estado não cobrem os custos das AEC's. Não é por acaso, e penso que já disse isto aqui, que um grande Município com um orçamento superior ao nosso, que é Anadia, acabou com as AEC's. Queremos continuar com essas actividades, tal como o programa de refeições para os meninos das escolas e dos jardins-de-infância. Também há um protocolo com o Ministério, só que dão-nos trinta e seis cêntimos, quando são pagos dois euros às IPSS, por cada refeição. Depois temos as participações dos pais, com um valor insignificante. O grande problema prende-se com as captações. Cada vez há mais gente, infelizmente, que não tem rendimentos suficientes para acudir a estas despesas e esta entidade suporta do seu orçamento. Mas, como disse, estamos perante uma opção política. -----  
Em relação ao endividamento do município, disse que há um equívoco. E se for ler o anuário da DGAL, vai ver que esta entidade não está com problemas de endividamento. ---  
Depois, a empresa Vougapark, quando não tiver resultados equilibrados, serão equilibrados pelos sócios, nos termos da Lei do Sector Empresarial Local, e a dívida da empresa não conta para o endividamento da autarquia. Curiosamente, vamos transitar este ano com um resultado de exploração positivo, devido à venda de sucata. Portanto, mesmo nas transferências para a amortização dos empréstimos, que começará lá mais para a frente,

daqui a uns dois ou três anos, já sabemos que temos de ter cerca de duzentos mil euros. Mas, é exactamente uma aposta para o desenvolvimento do concelho e da região. Esta é a única área de acolhimento empresarial que acabou por avançar na subvenção global. ----- Quanto às acessibilidades, demora-se muito tempo de Cedrim, Couto de Esteves ou Rocas do Vouga à vila. Mas, como era há alguns anos atrás, quanto tempo é que se demorava? Por último disse, sabemos que o concelho é muito acidentado, mas houve um grande investimento na rede viária intra-concelhia. -----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira** que, antes de iniciar a sua intervenção sobre a análise à proposta do orçamento para 2011, sublinhou a melhoria na apresentação dos documentos enviados, que permitiu uma leitura mais fácil da informação. De facto, os mapas costumavam aparecer com os dados todos distorcidos, situação que não aconteceu desta vez. -----

Quanto à proposta do orçamento, e em representação dos deputados eleitos nas listas do PSD, para além de tecer considerações sobre as opções de investimento, pediu algumas explicações ao senhor presidente da Câmara Municipal sobre alguns pontos do orçamento que permitam ter uma percepção mais clara sobre a proposta que é apresentada. -----

Saudando, desde já, o esforço efectuado na contenção de despesa, relativamente ao presente ano, existem, no entanto, vários aspectos sobre os quais solicitava uma esclarecimento. Relativamente à receita, e o senhor presidente já a deu em parte, embora sabendo que outros Municípios utilizam valores que, efectivamente, vêm nos mapas do orçamento de estado, vou colocá-la na mesma. Relativamente à receita, os valores que são previstos no orçamento nas transferências do FEF, totalizam entre a receita corrente e de capital o valor de quatro milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil. No entanto, no mapa anexo à Lei que aprovou o orçamento de estado, as verbas a transferir para o Município atingem apenas quatro milhões, quinhentos e oitenta e três mil. Neste sentido, desejaram obter um esclarecimento sobre a opção de terem incluído um valor superior em aproximadamente duzentos e sessenta mil euros, relativamente àquele que irá, provavelmente, ser transferido. Encontra-se, também, neste caso, as previsões de transferências relativas ao Fundo Social Municipal e do IRS, ou seja, são considerados valores mais altos do que os previstos no referido mapa. -----

Outro esclarecimento que desejou obter refere-se às receitas do FEDER. Compreendendo que dificulta a gestão diária do Município, poderia aceitar a opção pelo não desdobramento desta conta no orçamento. No entanto, e se fosse possível, considerou que a inclusão num documento escrito, à parte, com a identificação dos investimentos que estarão na base das receitas FEDER, ajudaria à análise quer do orçamento, quer a compreender que projectos são efectivamente financiados. -----

Desejou, também, perceber melhor como se processam as transferências para o Vougapark. Por um lado, existe prevista uma transferência de sessenta mil euros na área da Educação sobre a qual apenas queria perceber a que dizia respeito. Por outro, saber se, relativamente às transferências de capital, e uma vez que é uma obra financiada, se a contrapartida pública nacional é assegurada pela Vougapark, através das transferências dos associados já efectuadas com anterioridade ou se ainda será necessário fazer mais transferências a este nível. Por último, e no que se refere ao mapa de pessoal, não estando em causa os números de postos de trabalho pois, melhor do que ninguém, o executivo municipal é quem conhece as acções a desenvolver e quais os recursos humanos que necessita para as implementar, chamou à atenção que, no documento escrito se refere que irá haver uma diminuição dos postos de trabalho. No entanto, no mapa de pessoal vê-se o seu aumento em cinco. Assim, pedia apenas uma breve explicação sobre esta situação, bem como, sobre a proposta de alteração da estrutura dos serviços. -----

Posto isto, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que respondeu às questões colocadas, nomeadamente: -----

Quanto às receitas previstas com FEF, IRS e FSM, foram considerados os valores de acordo com as regras previsionais definidas no POCAL, embora tenha dado conhecimento

ao director financeiro dos valores previstos no projecto de lei do Orçamento de Estado, comunicados pela ANMP. -----

Quanto ao FEDER, disse que acolhia a sugestão de fazer a discriminação do valor de receita previsto, para se saber que obras são financiadas. -----

Quanto à verba de sessenta mil euros disse que, em princípio, se destina a apoiar a componentes não participada das acções desenvolvidas pela AGIM, na medida em que não se prevê a realização de transferências, no próximo ano económico, para a Vougapark, a título de equilíbrio de contas, atendendo ao facto de estarem previstos resultados operacionais positivos, como já foi antes referido. -----

Quanto ao mapa de pessoal, referiu que o documento escrito apresenta uma diminuição no período que corresponde ao ano de 2010, como se comprova no quadro representativo da variação, mas está indicado e prevê-se o aumento de cinco lugares como se demonstra na introdução. -----

Depois de concluídas as intervenções e o esclarecimento das dívidas colocadas sobre os documentos objectos de análise, passou-se à deliberação e votação dos documentos previsionais submetidos à apreciação do órgão deliberativo. -----

**Deliberação** – No uso da competência dada através da alínea b), do n.º 2, do artigo 53º da Lei das Autarquias Locais, os documentos previsionais para o ano económico de 2011, cujo Orçamento de Receita e Despesa é de 10.250.000,00€ (dez milhões, duzentos e cinquenta mil euros), com os valores evidenciados nas rubricas por classificação orgânica, económica e funcional, nesta última situação, discriminados nos projectos e acções das Grandes Opções do Plano, com uma dotação definida de 5.059.530,00€ (cinco milhões, cinquenta e nove mil, quinhentos e trinta euros), documento esse que reúne o Plano Plurianual de Investimentos, com despesas de capital previstas no valor de 4.850.000,00€ (quatro milhões e oitocentos e cinquenta mil euros) e o Plano de Actividades Municipais com uma dotação global de 209.530,00€ (duzentos e nove mil, quinhentos e trinta euros), foram aprovados por maioria, com dezassete votos a favor, dos membros: Albino Tavares de Pinho, Alexandre Fernandes Tavares, Alexandre Paulo Tavares Machado, António da Silva Portela, Belmiro Manuel Marques, Carlos Alexandre Arede da Silva, Claudino da Fonseca Soares, David da Silva Alves, Fernando da Silva Oliveira, Harolde Soares da Silva Balaias, Joana Patrícia da Silva Rodrigues, João Pereira Henriques, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Luís da Silva e Almeida, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Júlio Martins Fernandes e Mário Coutinho Martins; e dez abstenções, dos membros: Álvaro de Pinho Duarte, Cipriano de Arede Nogueira, Claudia Maria Rodrigues da Silva, David Dias Cabral, Isabel Maria Soares dos Santos, Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira, Marco Nuno Tavares Rocha, Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva, Rui Manuel Pires da Silva e Sandra Henriques da Silva. -----

De igual modo, foi aprovada a proposta apresentada pelo órgão executivo exarada nas últimas folhas dos documentos previsionais, dada aqui como reproduzida, para os devidos e legais efeitos. -----

No final da votação desta proposta, ausentaram-se da sala e não participaram na apreciação e votação dos restantes pontos da ordem de trabalhos, os seguintes membros: António da Silva Portela, Carlos Alexandre Arede da Silva e Claudia Maria Rodrigues da Silva. -----

**2.2 - Reestruturação de Serviços** – Depois de prestados os esclarecimentos sobre a proposta apresentada, no uso da competência dada à Assembleia Municipal através da alínea n) do n.º 2 do art.º 53º da LAL, conjugada com o previsto no art.º 6º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, foi aprovada, por unanimidade, a estrutura orgânica, a estrutura nuclear, o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e o número máximo total de subunidades orgânicas, conforme proposta apresentada, que se transcreve e foi aprovada: -----

**A) Modelo estrutura orgânica** -----

A organização interna dos serviços municipais corresponde a uma estrutura hierarquizada nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º e artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, como consta do Anexo. -----

**B) Estrutura nuclear -----**

A estrutura nuclear será composta por um único departamento municipal, que corresponde a uma departamentalização fixa, com as seguintes competências: -----  
Departamento Administrativo e Financeiro (DAF): Compete ao Departamento Administrativo e Financeiro assegurar o bom funcionamento dos serviços municipais e a administração financeira e patrimonial, com critérios de racionalidade e eficácia na afectação de recursos humanos e financeiros. -----

**C) Número máximo de unidades orgânicas flexíveis -----**

Foi definido o número máximo de 4 unidades orgânicas flexíveis, em que cada uma é composta por um chefe de divisão municipal. A sua futura criação dependerá, da aprovação por deliberação da Câmara Municipal, na qual se definirá as respectivas competências. -----

**D) Número máximo total de subunidades orgânicas -----**

Foi definido o número máximo total de 8 subunidades orgânicas flexíveis, em que cada uma é composta por um coordenador técnico, as quais serão criadas futuramente por despacho do Presidente da Câmara Municipal que definirá as respectivas competências. ---  
Esta proposta foi aprovada com vinte e quatro votos a favor, dos seguintes membros: Albino Tavares de Pinho, Alexandre Fernandes Tavares, Alexandre Paulo Tavares Machado, Belmiro Manuel Marques, Claudino da Fonseca Soares, David da Silva Alves, Fernando da Silva Oliveira, Harolde Soares da Silva Balaias, Joana Patrícia da Silva Rodrigues, João Pereira Henriques, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Luís da Silva e Almeida, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Júlio Martins Fernandes, Mário Coutinho Martins, Álvaro de Pinho Duarte, Cipriano de Arede Nogueira, David Dias Cabral, Isabel Maria Soares dos Santos, Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira, Marco Nuno Tavares Rocha, Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva, Rui Manuel Pires da Silva e Sandra Henriques da Silva. -----

**2.3 - Conselho Municipal de Segurança - Reunião de 10 de Novembro de 2010 - Projecto de Parecer** – Foi aprovado, por unanimidade, o projecto de parecer formulado e apresentado pelo Conselho Municipal de Segurança. -----

Esta proposta foi aprovada com os votos a favor dos vinte e quatro membros presentes. ----

**2.4 – Outros assuntos** – Por unanimidade, foi aceite a apreciação do seguinte ponto, que foi acrescentado à "*Ordem do Dia*" neste ponto. -----

**2.4.1 – CPCJ - Substituição de Membro** – Na sequência do exposto no ofício n.º 638, de 22 de Setembro, remetido pelo presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Sever do Vouga, a solicitar a substituição do membro designado por esta Assembleia Municipal - Dr.ª Paula Cristina Vaz Santos - e das diligências realizadas foi sugerida a realização de eleição, por escrutínio secreto, de novo membro para sua substituição. Depois de efectuada a votação, tendo obtido vinte e quatro votos, verificou-se a eleição da Dr.ª Sandra Henriques da Silva, como representante deste órgão deliberativo naquela comissão. -----

Foi deliberado comunicar esta decisão ao presidente da mencionada comissão. -----

**----- 3 - Período destinado ao público -----**

Foi registada a intervenção de **Manuel Pinto**, residente em Paradela do Vouga, que solicitou o alargamento da Rua Cabeço do Campo, situada na sua freguesia. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja acta em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu. -----